



ALICENEWS.CES.UC.PT

INSURGENT AND INTERCULTURAL CONTENT
IN ENGLISH, PORTUGUÉS Y ESPAÑOL

#58

2024-01-29

ISSN 2795-515X



[pt](#) [Reflexão](#) [Anti-Capitalismo](#) [Anti-Colonialismo](#) [Anti-Heteropatriarcado](#)

As origens do Bolsa Família: experiências prévias de transferência monetária no Brasil

AN Original

No passado dia 20 de outubro de 2023 celebraram-se os 20 anos da criação de uma das medidas sociais mais emblemáticas do Brasil, o Programa Bolsa Família (PBF). O programa, que assegura às famílias mais(...)

Por Maria Clara Oliveira



[en](#) [Reflection](#) [Anti-Colonialism](#)

The Emotional Borders of Europe: Imagined Threats and Collective Fear in Border Management

AN Original

The year is 2015 and the European Union receives an increased number of individuals fleeing conflict zones. In their journeys, refugees and asylum seekers face unimaginable dangers to reach European shores and,(...)

By Caio F. Levy



[pt](#) [Reflexão](#) [Anti-Colonialismo](#) [Anti-Heteropatriarcado](#)

Polémica nas Eleições Autárquicas em Moçambique

AN Original

As sextas eleições autárquicas em Moçambique, desde a sua independência, estiveram envoltas em polémica. O país foi a votos para eleger os seus representantes ao nível autárquico a 11 de outubro de 2023, em(...)

Por Teresa Almeida Cravo



es Reflexión Anticolonialismo Anti-Capitalismo

The refugee denied: the construction of indifference, rejection and fear

AN Original - UNPOP Series

Between January and March 2023, 441 deaths have been recorded in the Central Mediterranean. According to the International Organization for Migration's Missing Migrants project, 28,217 disappearances have been(...)

Por Ivana Belén Ruiz Estramil



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

A Proteção Social em Moçambique

AN Original

Nas últimas três décadas, o conceito de proteção social deixou de ser uma preocupação quase exclusiva dos países do Norte Global para passar a abranger as necessidades e prioridades do Sul Global. Entendida(...)

Por Teresa Almeida Cravo, Maria Clara Oliveira



Centro de Estudos Sociais Tel +351 239 855 570
Colégio de S. Jerónimo Fax +351 239 855 589
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal alicenews@ces.uc.pt



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



pt Reflexão Original Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

As origens do Bolsa Família: experiências prévias de transferência monetária no Brasil

AN Original

2024-01-26

Por Maria Clara Oliveira

No passado dia 20 de outubro de 2023 celebraram-se os 20 anos da criação de uma das medidas sociais mais emblemáticas do Brasil, o Programa Bolsa Família (PBF). O programa, que assegura às famílias mais vulneráveis um rendimento mensal, alcança atualmente quase 21,5 milhões de famílias e as evidências apontam para a sua relevância no combate à extrema pobreza e à fome. A par da importância no plano interno, o facto de ter sido considerado *'best practice'* por diversas organizações internacionais (nomeadamente pelo Banco Mundial) e a utilização do programa enquanto instrumento de política externa, especialmente durante os primeiros mandatos de Lula da Silva (2003-2010), conferem-lhe uma elevada visibilidade e fazem com que sirva de inspiração para políticas implementadas não apenas na região latino-americana, mas também noutras geografias tanto no Sul Global (Indonésia e Filipinas, entre outras) como no Norte Global, dando eco à ideia acertada de que o Norte pode aprender com o Sul.



O PBF constitui-se como um programa farol no quadro das transferências monetárias condicionadas. No entanto, a trajetória das transferências condicionadas no Brasil iniciou-se antes do surgimento do PBF. O regresso à democracia e a adoção da Constituição Federal de 1988, conhecida como a 'Constituição Cidadã', animaram o debate sobre política social. Num contexto em que o combate à pobreza assumia uma relevância cada vez maior, no contexto nacional e internacional, as políticas de transferência de rendimento foram identificadas como uma solução, sendo discutidos diversos formatos. Assim, a par da introdução do Benefício de Prestação Continuada, prestação social inscrita na Constituição e dirigida a idosos e deficientes em situação de pobreza, surgiram outras ideias alternativas, com destaque para a proposta de criação de um rendimento básico. A proposta apresentada em 1991 não colheu os apoios necessários, tendo sido reformulada e apresentada uma nova versão anos mais tarde, dando origem à Renda Básica de Cidadania (RBC), lei aprovada em 2004, mas que carece de regulamentação e consequente implementação até hoje. A RBC prevê o pagamento de um rendimento a todos os cidadãos, independentemente das suas condições socioeconómicas e sem qualquer condição associada.

Estas medidas ganharam novos contornos ao serem associadas a discussões provenientes do campo desenvolvimento humano. Estas abordagens centram-se nas crianças e procuram introduzir medidas que alavanquem as suas possibilidades de inserção no mercado laboral, aumentem a sua qualidade de vida de um modo geral e reduzam a probabilidade de serem afetadas por situações de pobreza.

Estas perspectivas enfatizam o papel dos investimentos em educação e saúde, aliados à garantia de rendimento. Em 1995, surgiram as primeiras experiências a nível local - uma no Distrito Federal e outra na cidade de Campinas. O primeiro programa conhecido como Bolsa Escola, tinha como objetivo quebrar o ciclo da pobreza através da educação e, por isso, visava as famílias pobres e exigia a frequência escolar das crianças em contrapartida da prestação social. Já o programa de Campinas estava vinculado ao debate sobre a insegurança alimentar e pobreza. Neste caso, as famílias beneficiárias tinham de garantir a frequência escolar mínima, a vacinação e o acompanhamento médico regular das crianças.

Muitos governos locais e estaduais adotaram medidas semelhantes, fruto do aprendizado social e/ou de afinidades ou competição política. A promulgação de uma lei federal, em 1997, que fornecia apoio financeiro para a implantação destes programas em municípios com restrições orçamentárias, contribuiu para acelerar a disseminação destas medidas a nível subnacional. Em 2001, diante do avolumar do interesse dos governos subnacionais pelas transferências condicionadas, também já presentes noutros países da região, o governo federal brasileiro criou um novo programa chamado Bolsa Escola, que espelhava a experiência do Distrito Federal. Famílias em situação de pobreza e com crianças até 15 anos residentes em municípios aderentes ao programa passavam a ser elegíveis para a transferência de rendimento, sendo em contrapartida exigida frequência escolar mínima de 85%. Nos anos imediatamente a seguir, multiplicaram-se os programas de transferência de rendimento a nível federal, com a criação de novas medidas, tais como o Programa Bolsa Alimentação – destinado a mulheres grávidas e crianças até 7 anos em situação de pobreza - e o Cartão Alimentação – dirigido às famílias em situação de insegurança alimentar residentes no semi-árido. Estes desdobramentos e a atribuição da gestão dos programas a diferentes ministérios tornava a assistência aos mais vulneráveis fragmentada e desarticulada.



Créditos

Em finais de 2003, no começo do primeiro mandato de Lula da Silva, foi anunciado o PBF, que substituiu e unificou os diferentes programas promovidos pelo governo federal e rapidamente se tornou uma das medidas mais importantes. O PBF insere-se, assim, num movimento amplo de adoção de programas intitulados transferências monetárias condicionadas, que teve origem nas experiências subnacionais brasileiras e num programa implementado a nível nacional no México a partir de 1997 e rapidamente atingiu a região latino americana, resultado de processos de difusão e de transferência de políticas públicas. No essencial, estes programas mantêm um conjunto de características comuns

que visam a redução da pobreza, mas acomodam variações que lhes permite adaptar-se ao contexto político e socioeconómico em que se inserem. De um modo geral, este tipo de transferência visa reduzir a pobreza, atuando em duas frentes de forma combinada – por um lado, aumenta de imediato o rendimento disponível das famílias beneficiárias através da transferência de uma prestação social; por outro lado, pressupõe a realização de um conjunto de atividades que procuram quebrar a transmissão da pobreza à geração seguinte, através do desenvolvimento de capital humano. A transferência ocorre a par de uma expectativa de que as famílias cumpram um conjunto de ‘condicionalidades’ na área da educação e da saúde. No caso do Brasil, o desenho atualizado em 2023, estipula que as crianças entre 4 e 6 anos devem ter frequência escolar mínima de 60% e crianças e adolescentes em idade escolar devem ter frequência mínima de 75%, o calendário vacinal deve ser cumprido, as mulheres grávidas devem ter acompanhamento pré-natal e as crianças até 7 anos devem ter acompanhamento para verificação do estado nutricional. Há, nestas medidas, uma dimensão de género relevante: tendencialmente, a transferência monetária é feita em nome da mulher. A atribuição do dinheiro às mulheres é justificada por duas lógicas distintas: por um lado, entende-se que esta é uma forma de reconfigurar dinâmicas de poder intrafamiliares e na sociedade; por outro, existem estudos que sustentam a ideia de que as mulheres tendem a fazer escolhas que priorizam o bem-estar das crianças quando se trata de alocar o dinheiro familiar. Além disso, está subjacente o preceito de maiores contributos para a realização de atividades que facilitam o desenvolvimento do capital humano.

Em 2023, o governo encabeçado por Lula da Silva, lançou uma nova versão do programa, que tinha sido interrompido durante a pandemia e substituído por uma medida alternativa chamada Auxílio Brasil. De acordo com as regras do ‘novo’ PBF, qualificam-se para o programa famílias que tenham um rendimento mensal per capita inferior a 218 reais (cerca de 40 euros). Os montantes transferidos para cada família variam em função da sua composição, sendo sempre um valor igual ou superior a 600 reais (cerca de 111 euros). 20 anos após a sua criação e tendo sofrido algumas modificações a nível do desenho e do modo de implementação – por exemplo, incorporação de novos públicos, alterações nos valores, entre outras - o PBF continua a ser encarado como uma peça chave no combate à pobreza no Brasil e a ser considerado um modelo para outros países.



Maria Clara Oliveira é Professora Auxiliar Convidada no Núcleo de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Professora Convidada no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo e Investigadora no Laboratório Colaborativo para o Trabalho, o Emprego e a Proteção Social. É doutorada em Ciência Política.



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



en Reflection Original Anti-Colonialism

The Emotional Borders of Europe: Imagined Threats and Collective Fear in Border Management

AN Original

2024-01-21

By Caio F. Levy

The year is 2015 and the European Union receives an increased number of individuals fleeing conflict zones. In their journeys, refugees and asylum seekers face unimaginable dangers to reach European shores and, hopefully, be granted asylum in one of the EU member-states. In the following year, the International Organization for Migration registers more than 5,000 migrant casualties in the Mediterranean. Those who escaped death and arrived in Europe face the challenges of unprepared asylum systems and become the center of a political debate regarding security and identity.

Against a failed common European asylum system, the EU seeks for alternatives to deal with the migration “problem”. Within a set of questionable solutions, the Union proposes a deal with Ankara whereby migrants crossing the border into Greece would be returned to Turkey and, for each Syrian refugee returned, the EU would resettle a Syrian refugee in one of its member-states.

Years later, on February 2020, President Erdogan opens Turkey’s land border with Greece, encouraging refugees and asylum seekers to cross into the EU. The following months are marked by violence against migrants at the Greek border, including several human rights violations, bringing the EU’s border regime under the spotlight once again.

What makes possible the need to protect borders against migration? What kind of danger do displaced individuals represent to European societies? What kind of threat do we need borders to protect us from? These are questions taking the starring role of the EU’s border policy since the establishment of the free movement zone that we call Schengen space.

Writing about the 2015 refugee crisis in Europe, Bauman suggested that the ‘strangers at our door’, bringing with them the unknown and the unpredictable, tend to cause anxiety in host societies.

Described as an uneasy emotion, anxiety walks together with fear. In a psychological view, it serves as a warning sign arising in response to a threat or danger. Daniel and Jason Freeman make an interesting account on anxiety by relating it to the “mean reds” that Holly Golightly, the main character of Truman Capote’s novel *Breakfast at Tiffany’s*, understands as those moments where, suddenly, “you’re afraid and you don’t know what you’re afraid of”.

This comparison highlights an important aspect of anxiety: although associated with tangible dangers, anxiety can also be a product of imagined threats that are not grounded on external reality, meaning that individuals may experience anxiety even in the absence of a real danger.

The border policy designed by the EU since the implementation of the Schengen agreements into EU Law in the 1999 Treaty of Amsterdam had as a premise the notion that, by dissolving internal borders between countries, the strengthening of the EU external border was necessary to maintain security and peace within the Union. In this regard, despite the EU response to the 2015 refugee crisis be seen as a reaction to a specific event, the establishment of common organs for border management such as Frontex suggests that the EU border policy has followed a strong preventive logic, building solutions to potential threats even before the threat is materialized.

Terrorist attacks in the 2000’s such as the 9/11 and the bombings in London and Madrid transformed the whole of migration into a security issue. This was followed by the association of migrants, especially those from the Middle East and the north of Africa, with an imagery of unease in the West. This imagery induced the notion that the dangers of migration have a solid definition, which made subsequent developments for border policies be accepted with little or none questioning.

In security speeches, the threat may seem real enough through the political and mediatic fabrication of dangers. One might think, even for a glimpse, that refugees increase terrorism, that migrants overload the capacities of the state and leave those who were originally ‘legitimate’ beneficiaries of its protection without it, or that migrants will change what citizens understand as their national identity.

The image of a state collapsing due to ‘floods’ of migration, often invoked by far right politicians, easily produces a sense of fear that is not limited to isolated events or individual experiences, but is rather a collective emotional response that spreads through social interactions, communication and shared perceptions. The problem is that a collective sense of fear can be a powerful catalyst for political responses that wouldn’t normally be possible.

In the Western neo-liberal universe, where societies face a constant feeling of uncertainty regarding the results that globalization might bring, politicians may try to transpose such feeling onto migrants in order to attract supporters. The fear that one experiences regarding the uncertainties of tomorrow (an issue which politicians cannot resolve) thus acquires a face.

By playing with citizens’ emotions through discourses on security, politicians can direct fears and anxieties to specific subjects that originally did not pose a real threat to society. When represented as a threat, however, the issue justifies extraordinary political responses that appear as solutions to societies’ unease. In the case of the 2015 migration crisis in the EU, the solution came in the form of stricter border controls and the criminalization of migrants.

In this regard, emotions have proven to be important elements in the construction and reinforcement of borders – we need borders because we fear external threats. However, we ought to question if such

threat is real, perceived, or manipulated - constructed upon a set of beliefs that lack empirical explanations or even completely imagined.

Refugees in the 2015 crisis became the subjects of Europe's imagined fears, resulting in a Fortress Europe that forgets its humanitarian discourse in order to protect its borders. However, years later when Russia invaded Ukraine and initiated a still ongoing conflict, the border games played by the EU were a lot different.

In 2022, Ukrainian refugees were framed as vulnerable subjects instead of a security problem, and their asylum in European member states was encouraged by the EU. Against that backdrop, the empathy and compassion towards Ukrainians had the power to create facilitated ways of entry and stay in the EU such as humanitarian corridors and the deployment of the temporary protection directive, allowing Ukrainians refugees to cross the EU border and receive international protection in a easier way when compared to the 2015 migration crisis.

The comparison between the two scenarios thus further illustrates how emotions are powerful elements in shaping borders: as fears and anxieties triggered by perceived threats result in the reinforcement of borders, empathy and compassion triggered by the vulnerability of migrants result in the softening of borders.

The question on whether the EU has learned from 2015 or if the different approach towards Ukrainians in 2022 represents a rather discriminatory treatment still remains, but the changes in the EU's border management in both crisis illustrates how emotions have the power to make and unmake borders, to draw lines or erase them, to separate or to unite people. Conscious of the power of our emotions, therefore, we ought to question if they are the product of a real threat or of fabricated narratives.

Caio Levy: Graduate student following the Master's degree in International Studies at ISCTE-IUL, Lisbon. Holds a Bachelor's degree in European Studies from the University of Coimbra, has contributed to the Portuguese Refugee Council as well as to the Islamic World Observatory. Has his academic research focused on European borders, critical discourse analysis, and challenges faced by refugees and asylum seekers in Europe.



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



pt Reflexão Original Anti-Colonialismo

Polémica nas Eleições Autárquicas em Moçambique

AN Original

2023-12-31

Por Teresa Almeida Cravo

As sextas eleições autárquicas em Moçambique, desde a sua independência, estiveram envoltas em polémica. O país foi a votos para eleger os seus representantes ao nível autárquico a 11 de outubro de 2023, em 65 municípios – 12 adicionais relativamente ao sufrágio anterior, em 2018. Os resultados inicialmente anunciados pela Comissão Nacional de Eleições deram uma vitória avassaladora à Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique), o partido no poder e que governa o país desde o fim do jugo colonial português. Este apuramento inicial dava 64 dos 65 municípios à Frelimo, com o MDM (Movimento Democrático de Moçambique) a ganhar apenas a Beira. Surpreendentemente, o maior partido da oposição, a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique), emergia desta contagem inicial sem nenhum mandato autárquico.



Fotografia de David Peterson, Pixabay.

Os protestos começaram ainda antes do plebiscito ter lugar. Desde logo, com o processo de recenseamento acusado de bloquear intencionalmente o registo dos eleitores da oposição. Suspeitas sobre a idoneidade do processo de votação viram aparente confirmação com membros das mesas de voto assim como diretores do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral a nível distrital e também das Comissões Distritais de Eleições a serem acusados de manipulação dos resultados, a favor da FRELIMO. A oposição queixou-se de “mega fraude”, instaurou pedidos de impugnação, e mobilizou a população para vir contestar para as ruas. Em reunião extraordinária, a Comissão Política Nacional da RENAMO decidiu não reconhecer os resultados das eleições autárquicas de 11 de outubro, e declarou a vitória do seu partido nestas eleições. Houve fortes críticas aos resultados anunciados pela Comissão Nacional de Eleições por parte da sociedade civil e de vários dos 133 observadores eleitorais credenciados (76 estrangeiros e 57 nacionais). A coligação de organizações não-governamentais moçambicanas “Mais Integridade” acusou o partido no poder de fraude, afirmando, com preocupação, que “as eleições autárquicas não foram transparentes, íntegras e imparciais”. As forças de defesa e segurança reprimiram violentamente as demonstrações que inundaram as ruas de algumas cidades moçambicanas, nomeadamente a capital, Maputo, que denunciavam fraude nos resultados apresentados pela Comissão Nacional de Eleições e exigiam a recontagem dos votos. A Amnistia Internacional condenou o uso excessivo da força pelos agentes, que usaram gás lacrimogéneo e balas reais contra a população, acabando por provocar vários feridos e, pelo menos, seis mortes.

As acusações de fraude eleitoral e a agitação nas ruas obrigaram o Conselho Constitucional a pronunciar-se, enquanto órgão de última instância com competência para validar as eleições em Moçambique. O Conselho julgou 40 recursos de 32 dos 65 municípios onde se realizaram eleições autárquicas. Após a sua decisão, a 24 de novembro de 2023, a FRELIMO viu cair o número de onde saíra inicialmente vitoriosa de 64 para 56 dos 65 municípios – mantendo, porém, as duas principais cidades do país, Maputo e Matola, reivindicadas pela oposição. A RENAMO viu-lhe reconhecida a conquista de quatro dos municípios e o MDM manteve o que lhe havia já sido atribuído. O Conselho Constitucional ordenou ainda a repetição da votação em 75 mesas de quatro municípios – Nacala-Porto (Nampula), Milange e Gurué (Zambézia) e Marromeu (Sofala) – confirmando as reclamações da oposição e da sociedade civil relativas a irregularidades eleitorais graves.

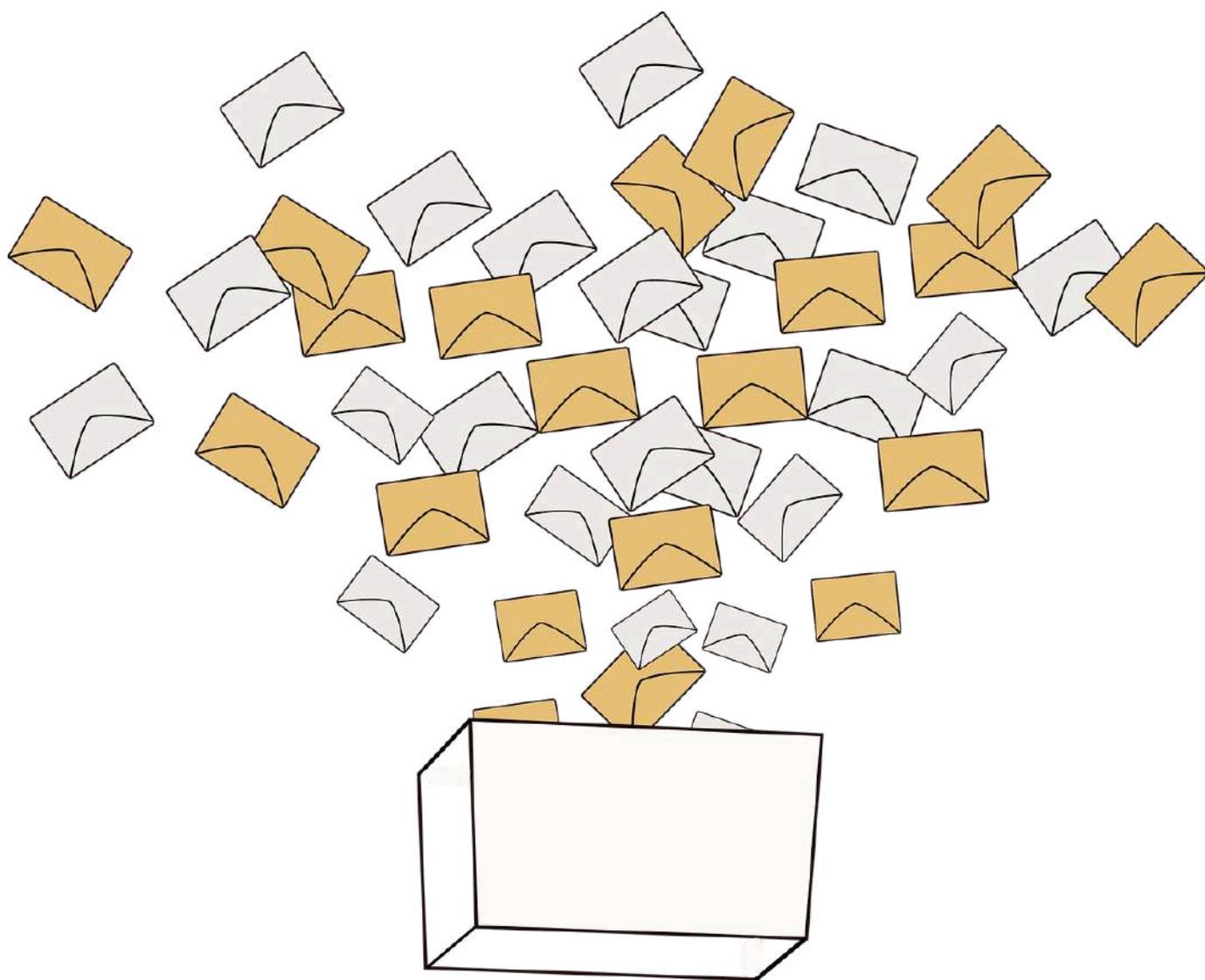
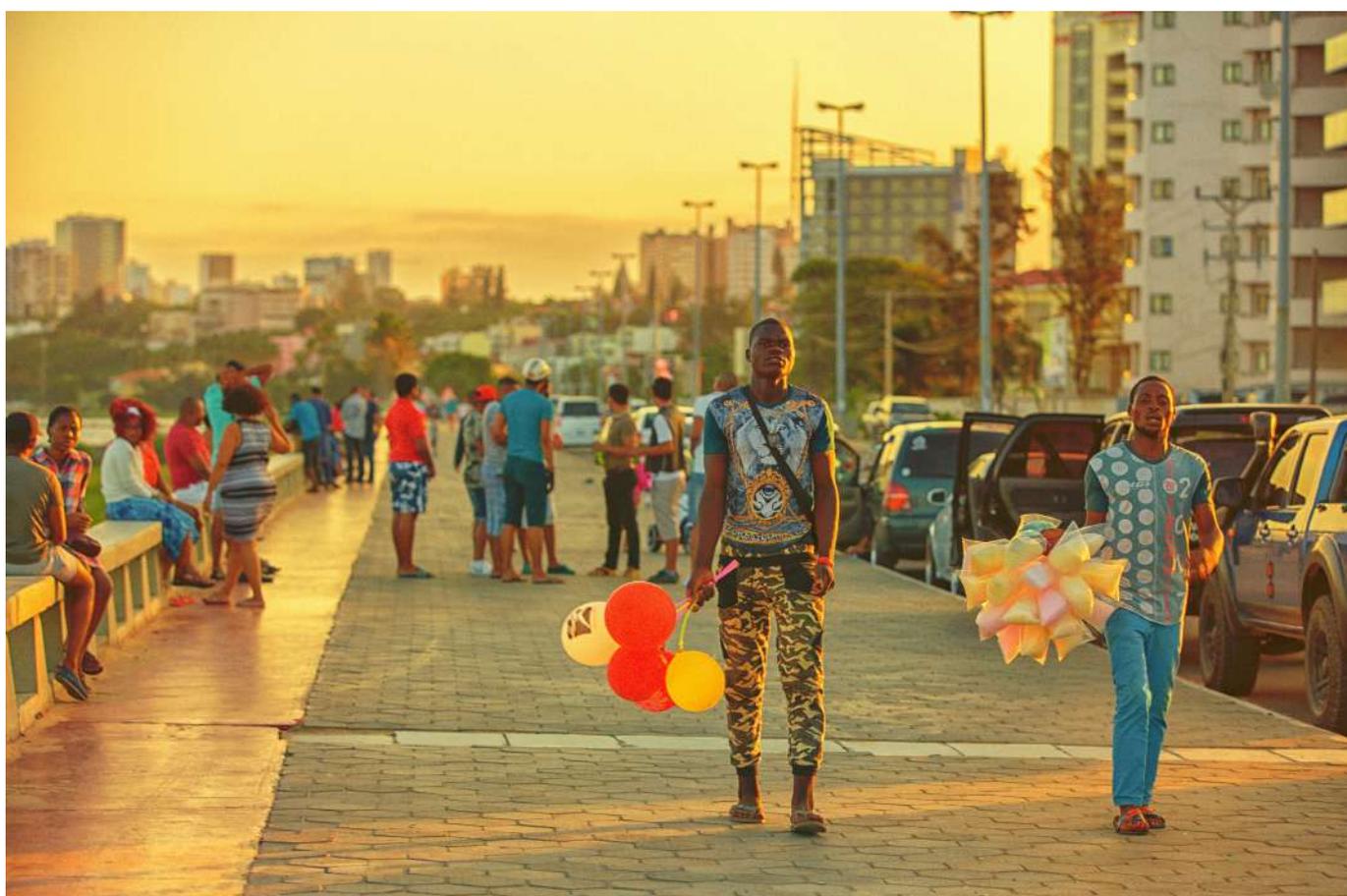


Imagem de Felipe Blasco, Pixabay.

Após semanas de ausência, em protesto, os deputados da RENAMO regressaram ao Parlamento a 29 de novembro, vestindo-se, porém, de preto e exibindo frases escritas na roupa como "Abaixo ladrões de

voto" ou "Tiranos, roubaram o voto do povo" ou ainda "Moçambicanos façam Justiça". Não obstante as decisões do Conselho Constitucional serem inapeláveis, o maior partido da oposição prometeu igualmente interpor recurso extraordinário, exigindo a anulação do acórdão que validou os resultados das eleições autárquicas. Numa nota de 1 de dezembro, a Ordem dos Advogados de Moçambique contestou também publicamente a proclamação dos resultados do escrutínio pelo Conselho Constitucional, acusando-a de carecer de fundamentação legal. Alertou igualmente para o "descrédito total dos moçambicanos" relativamente às instituições de administração eleitoral, e pediu a revisão da sua composição, assim como da legislação eleitoral, antes das próximas eleições que se avizinham em menos de um ano.

A repetição da votação decretada pelo Conselho Constitucional deu-se, finalmente, este mês, a 10 de dezembro, embora novamente sob um clima de elevada tensão, com forte presença policial, relatos de situações de violência, incluindo disparos da polícia, e suspeitas de irregularidades, nomeadamente boletins de voto pré-preenchidos. Vários observadores eleitorais nacionais e internacionais, presentes nesta repetição das eleições, pronunciaram-se, voltando a denunciar a atuação do governo. A Plataforma de Observação Eleitoral Conjunta "Sala da Paz" afirmou que, de facto, a situação de ilícitos eleitorais e de violência de 10 de dezembro foi semelhante à ocorrida a 11 de outubro. No entanto, sem grandes surpresas, a 30 de dezembro, o Conselho Constitucional acabaria por proclamar a FRELIMO vencedora das eleições que haviam sido repetidas, validando, assim, a vitória final do partido no poder em 60 de um total de 65 municípios no país.



Avenida da Marginal, Maputo, Mozambique. Fotografia de Rohan Reddy, Unplash.

As eleições autárquicas de 2023 em Moçambique revestiam-se de considerável importância simbólica e material. O escrutínio foi visto como um teste ao Acordo de Paz e Reconciliação Nacional de 2019, entre o governo da FRELIMO e a RENAMO, para pôr fim aos confrontos armados entre as duas partes, iniciados em 2013. Sendo as primeiras eleições realizadas depois de, em junho de 2023, se ter concluído o processo de desarmamento, desmobilização e reintegração da RENAMO, havia esperança que o partido pudesse ganhar espaço institucional para a luta política. Nesse sentido, a condução do ato eleitoral era suposto exprimir o compromisso da FRELIMO para com uma RENAMO que aceitara esvaziar-se militarmente e perder a capacidade de exercer pressão que lhe era conferida pelos seus 5221 antigos guerrilheiros e guerrilheiras. Porém, os fortes indícios de fraude em detrimento da oposição, a cobertura judicial, e a atuação violenta da Unidade de Intervenção Rápida contra manifestantes evidenciam e, simultaneamente, protegem a partidarização do regime, que há muito beneficia o partido no poder.

No contexto de um processo de paz ainda volátil e perante a perspectiva de novas eleições a 9 de Outubro de 2024, onde os moçambicanos serão chamados a escolher Presidente, Parlamento e autoridades provinciais, a mão pesada do governo da FRELIMO, perante a eventualidade de perder nas urnas neste momento eleitoral, não augura bons sinais para o futuro da democracia no país.



Teresa Almeida Cravo é Professora Associada de Relações Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigadora do Centro de Estudos Sociais, onde lidera como PI o projeto REPLAY : Approaches to peace and the (re)production of violence in Mozambique, financiado pela FCT.

Este artigo baseia-se na investigação conduzida no âmbito do projeto REPLAY – Approaches to peace and the (re)production of violence in Mozambique, financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto “EXPL/CPO-CPO/1615/2021”. DOI 10.54499/EXPL/CPO-CPO/1615/2021 (<http://doi.org/10.54499/EXPL/CPO-CPO/1615/2021>). Ver mais.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



ces

Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



1290
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Universidade de
Coimbra - Alta a Sede
Instituto de História do Património
Municipal em 2012



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



es Reflexión Original Anti-Capitalismo Anticolonialismo

The refugee denied: the construction of indifference, rejection and fear

AN Original - UNPOP Series

2023-12-30

Por Ivana Belén Ruiz Estramil

Between January and March 2023, 441 deaths have been recorded in the Central Mediterranean. According to the International Organization for Migration's Missing Migrants project, 28,217 disappearances have been recorded in the Mediterranean since 2014, making it one of the most dangerous migratory routes in the world along with the route between Mexico and the United States. In mid-2023, the Canary route has been reactivated, from more distant origins than in previous years, increasing the risk of the journey. Meanwhile, measures to "order" migratory flows continue to leave a counterpart of grey zones, spaces where death takes form everyday, at the same time as the proliferation of securitarian narratives functional to the narratives of hate.

The strategy to "effectively manage" the access to European borders is embodied in the New Pact on Migration and Asylum, agreed on 20 December 2023. The European Union, which in recent years has seen the anti-immigration narrative that was widespread within certain political sectors, the New Pact takes up a management structure that adheres to the most unwelcoming interpretative frameworks, justifying its position on management and order, and identifying people-smuggling mafias as the main enemy against which to "protect" migrants. Words such as "security" or "fear" are repeated like a mantra, in a historical context marked by conflicts that have disrupted the supposed return to normality of a post-pandemic crisis. "Security" and "fear", two concepts that predispose us to an attitude linked to an "other", during the Covid-19 pandemic, security in the face of contagion, fear of the virus; during the post-pandemic, security in the face of the "other", fear of its own existence as a "co-inhabitant".

The contempt for the "other", homogenised in the worst fears of a society that aims to scale in the hierarchical structure of exclusion, has become the key to increasingly securitarian policies that seek to stop migration before it takes place, a veritable oxymoron on which the new vision of order is based.

Within the narrative of order, the dichotomy of migrant-refugee is exploited everyday. This dichotomy, based on the "voluntary" or "forced" nature of displacement, without going into what can be understood as "voluntary" in a context of extreme economic need, has given way in recent years to a narrative promoting mistrust, based on the premise that the displaced population lies and "takes advantage" of

the asylum system, drawing a scale where the unwanted “other” is constructed as a usurper of a position that does not correspond to him or her. Thus, mistrust acts in coordination with increasingly restrictive mobility practices, with a filtering management: first preventing people from leaving their territories, then preventing people from arriving, and finally, if they have overcome all the previous obstacles, preventing people from staying. This is how we come to understand the presence of Frontex in Africa, the refoulement on the high seas, or the transfer of people to territory outside the EU, as proposed in the agreement between Italy and Albania.

The migrant-refugee dichotomy, has become a functional tool of narrative of hate, claiming that asylum seekers are not “real” refugees, but rather economic migrants who obstruct the proper functioning of the protection system. The case of the recognition of temporary protection for people from Ukraine was very helpful to this narrative, not only because it supported them in their logic of “genuine” refugees fleeing a declared war, but also because this same directive was not adopted before or towards other current conflicts. In the same case of people from Ukraine, we could see how the Roma community was branded as taking advantage of temporary protection, considering that they were actually economic migrants, even though they also came from the same regions from which the rest of the Ukrainian population was fleeing, suffering great discrimination in the neighbouring countries where they arrived. Extreme right-wing populist narratives have strengthened their prominence by constructing the “other” as a menace, in which this menace is constructed from a racist and classist perspective. Irregular arrivals via the Mediterranean, the Canary Islands route or the eastern route are the fundamental elements that come together to reinforce these positions, presenting a criminalisation of mobility, completely ignoring the fact that the possibilities of regular migration have been reduced to their minimum expression.

Hate narratives find in anti-immigration policies based on securitisation an ideal framework for proposing even stronger limitation of rights towards people on the move. These narratives would not gain presence if there were no framework of possibility for hate, they would not succeed if rights were unquestionable, if the position based on exclusion as a norm were not reinforced everyday. Far-right populism, appeals to emotions, to the defence of “values” that it molds to its convenience in order to reinforce its ethnocentrism. Italy, Sweden, Finland, and recently the Netherlands, among others, are examples of how the extreme right has supported itself on these narratives to enter parliaments and even govern, which brings with it not only the intrinsic risk of them fulfilling their xenophobic and anti-immigration agenda, but also the normalisation of such narratives within the public sphere. The New Pact on Migration and Asylum partly reflects this situation. The fight against human trafficking mafias and the efficient and humane management of migration are two of the main narrative supports that are lost in the strategies and subterfuges to prevent certain people from leaving their territories, to prevent them from arriving, and to prevent them from staying.

The political agenda has incorporated migration as a “problem to be managed” or a “problem to be eliminated” as two sides of the colonial-capitalist stance that permeates the current vision of human mobility. The two positions are presented as opposing, although in practice they act concomitantly, moving the ground for the implementation of their anti-immigration policies to areas where the positions defending the rights of human mobility encounter the greatest obstacles. From this fact derives a supplementary measure, the criminalisation of solidarity, guaranteeing a single reading of events at the border, but also positioning itself as a plenipotentiary actor.

Indifference is palpable in the face of what is not seen, or does not want to be seen, that which is distant, out of “jurisdiction” or comprehension. The narrative of protecting migrants from mafias easily offers a minimally comfortable framework from which to justify these practices that promote immobilities. Rejection takes shape thanks to the narrative of mistrust and the constructed role of the migrant usurper of the refugee category; rejection is justified by the saturation of asylum systems,

evidencing the need to prevent them from arriving in territory with border procedures that accelerate the processing of an application and enable rapid returns of people whose applications “with little chance of being accepted must be examined quickly without the need to legally enter the territory of the Member State”. Finally, fear emerges, a visceral feeling that tries to appeal to the survival instinct mobilised from an increasingly explicit xenophobia. The “other”, the one who has arrived despite all the obstacles, is constructed as a monstrosity that defies all the frameworks of order, that challenges the ordinary management of mobility and therefore has to mobilise extraordinary means. The “other” as a monstrosity is a menace to order that justifies the recourse to security policies that reinforce the logics of filtering, so that people do not arrive, so that people do not stay.

The narratives of hate present the subject in mobility as a transgressor of the border in order to usurp the position of refugee. The colonial-capitalist vision denies the forced condition of displacement, consequently denies recognition because it considers that they usurp a category that does not correspond to them, and finally denies their existence as a subject of international protection. Faced with this process of dehumanisation, the management proposals present a matrix of exclusion based on the ordering of mobility and a greater reinforcement of the control of flows, where fear and rejection are narratively focused on the human trafficking mafias, while in practice undesired mobility is restricted from the same colonial-capitalist perspective. Between the interpretation of a displacement as voluntary or forced, between the reading of a subject as a “usurper” migrant or a refugee, and between the perspective of eliminating or managing, there is the intention of constructing a gradient of expulsions in which both positions mutually feed back on each other.

Ivana Belén Ruiz-Estramil

Beneficiary of a grant from the Postdoctoral Programme for the Improvement of Doctoral Research Staff of the Basque Government. Visiting Postdoctoral Researcher at the Centro de Estudos Sociais (CES) of the University of Coimbra; ascribed to the Hegoa Institute, University of the Basque Country/Euskal Herriko Unibertsitatea.



EPISTEMOLOGIAS
DO SUL



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



pt

Reflexão

Original

Anti-Capitalismo

Anti-Colonialismo

A Proteção Social em Moçambique

AN Original

2023-12-29

Por Teresa Almeida Cravo, Maria Clara Oliveira

Nas últimas três décadas, o conceito de proteção social deixou de ser uma preocupação quase exclusiva dos países do Norte Global para passar a abranger as necessidades e prioridades do Sul Global. Entendida como um fator-chave para prevenir a pobreza e a vulnerabilidade, assim como para promover o desenvolvimento económico e social nestes países, a proteção social tem ocupado um lugar de destaque nos debates políticos nacionais e internacionais. De entre uma panóplia de opções, os programas de transferência de dinheiro foram ganhando espaço e adeptos, nomeadamente na África Subariana.

Moçambique destaca-se, regionalmente, por ter sido um dos primeiros países a adotar um programa de transferências monetárias logo em 1990. Não obstante a sua forte dependência da ajuda externa, tanto o governo nacional como os agentes locais no terreno foram cruciais para determinar o seu alcance e ritmo.



Imagem de Teresa Cotrim por Pixabay

Quando se torna independente em 1975, Moçambique recebe uma herança muito limitada do Estado colonial português em matéria de proteção social. O aparato administrativo na ex-colónia tinha oferecido formas muito diminutas de proteção social – essencialmente pensões e indemnizações por ferimentos e morte –, unicamente a um segmento muito restrito de indivíduos – colonos e assimilados –, e já bastante tarde – apenas a partir do século XX. A figura do abono de família, que incluía os nativos, só foi concebida em 1966, e já perante o surgimento da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o receio da sua atração junto da população moçambicana.

O fim do jugo colonial, e sobretudo a adoção do marxismo-leninismo em 1977, inspirou um esforço redobrado no papel do Estado, que se traduziu na atenção dada à proteção social, particularmente, dos idosos e deficientes, e nas pensões e benefícios para funcionários públicos. No entanto, o impacto devastador da guerra civil entre a FRELIMO e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) reverteu rapidamente este progresso. Além disso, secas severas atingiram fortemente o país durante a década de 1980, resultando num aumento acentuado da pobreza e da insegurança alimentar, ainda agravadas pelas medidas de ajustamento estrutural implementadas em 1987 pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), na sequência da transição do país para uma economia de mercado. Inicialmente concebido para contrabalançar os efeitos da remoção dos subsídios ao consumo de alimentos, Moçambique adotou o seu primeiro programa para ajudar as famílias vulneráveis em 1990: o Programa de Subsídio de Alimentos (PSA). Introduzido muito antes de ser uma tendência no continente, o processo de tomada de decisão do programa estava sob o controlo do governo moçambicano; e foi também quase totalmente financiado pelo orçamento nacional e, portanto, gerido pelas autoridades moçambicanas. Aplicado, no início, exclusivamente às maiores cidades do país, o PSA foi posteriormente

alargado a outros municípios e a zonas rurais. Apesar do nome, o novo programa, na realidade, não era de subsídio alimentar, mas de transferência de rendimento. O PSA destinava-se especificamente a agregados familiares pobres e vulneráveis, sem indivíduos fisicamente aptos. Logo em 1991, o PSA foi alargado a mães solteiras com cinco ou mais filhos, e a indivíduos com doenças crónicas. Os líderes comunitários, bem como os centros de saúde locais, transmitiam informações sobre o programa e recebiam as candidaturas dos potenciais beneficiários. Foi criado o Gabinete de Apoio à População Vulnerável em 1990 para gerir o programa; em 1997, essa função foi transferida para o Instituto Nacional de Ação Social, com delegações em cada província, e os chamados “Permanentes”, indivíduos da comunidade pagos pelo INAS e responsáveis por fornecer informações sobre o Programa, identificar potenciais beneficiários, informar os beneficiários sobre as datas de pagamento e ajudar a distribuir o dinheiro nos dias de pagamento.



Fotografia de Reddy Rohan de Unsplash.

Estudos comprovaram impactos positivos importantes, entre eles, a redução da desnutrição entre as crianças, e o consumo de um número maior de refeições entre os beneficiários. Mas também foram apontados vários problemas ao programa, nomeadamente a dificuldade burocrática de inscrição e da verificação da elegibilidade dos beneficiários, interrupções nos pagamentos, desinformação sobre montantes a receber, e custos administrativos elevados.

No início dos anos 2000, Moçambique adota a estratégia que estava a conquistar o consenso internacional: a elaboração dos Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza ao Banco Mundial e ao FMI, por parte dos países de baixos rendimentos. Integrando esta tendência, Moçambique também apresentou o seu primeiro Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), concebido para o período entre 2001 e 2005, que enfatiza a liberalização económica e o ambiente favorável ao sector

privado como motores para o crescimento económico. Já o PARPA II (2006-2009) reconhece a importância da proteção social proporcionada pelo Estado, incluindo-a como área essencial e traduzindo-se num aumento dos recursos atribuídos a este sector – ainda que longe de serem abrangentes ou suficientes.

Um aumento nos preços dos alimentos e dos combustíveis provocou protestos urbanos massivos em Moçambique, em 2008, e novamente em 2010 e 2012, revelando o descontentamento popular com o governo. Estas revoltas – combinadas com a pressão internacional – ajudaram a impulsionar a necessidade de políticas de proteção social. Um novo plano, PARP (2011-2014), remove a menção de pobreza “absoluta” do seu título, centrando-se no crescimento económico inclusivo e no fortalecimento da proteção social. Depois de 2014, Moçambique abandonou estes planos de ação a favor dos Planos Quinquenais do Governo.

O esforço para expandir o FSA na segunda metade da década de 2000 fez parte de uma estratégia mais ampla para reforçar a proteção social no país. A Lei de Proteção Social foi aprovada em 2007, delineando três pilares distintos, que continuam hoje a constituir o sistema de proteção social de Moçambique: a assistência social; a segurança social (para quem está integrado no mercado de trabalho formal); e o sistema complementar de proteção social. Apenas cerca de 10% da população está abrangida pelos dois primeiros.

A agitação social de 2008, 2010 e 2012, que ocorreu em particular em Maputo e na Matola, onde a vulnerabilidade face ao impacto do aumento dos preços e das alterações nos subsídios é particularmente grave, e desencadeou um debate nacional sobre pobreza e proteção. Foi estabelecida, para 2010-2014, uma Estratégia Nacional de Segurança Social Básica, em substituição do PSA, e com o intuito de aumentar a cobertura, a eficiência e a coordenação entre diferentes medidas.



Fotografia de Teresa Cotrim, Pixabay.

Em 2020, a disseminação mundial inesperada do SARS-COV-2 provocou uma crise sanitária, económica e social, que representou um fardo adicional para os países em desenvolvimento, acolhendo o maior número de pessoas vulneráveis, e com sistemas de proteção social mais frágeis. As instituições internacionais defenderam a necessidade de reforçar a proteção social como forma de mitigar o impacto negativo da crise e facilitar a recuperação. Moçambique não foi exceção. O governo manteve os valores do orçamento para a proteção social, efetuou pagamentos adicionais aos beneficiários existentes, e famílias em situação de vulnerabilidade receberam transferências de emergência por seis meses.

Medidas adicionais e mais consistentes, como o rendimento básico universal ou a adoção do subsídio de desemprego, têm sido discutidas tanto no plano nacional como internacional. No entanto, o acesso a essa proteção continua a ser entendido como uma ajuda transitória e temporária, e não como um direito. Dado o âmbito mais limitado dos programas em Moçambique, a sua expansão através de medidas de emergência mantém expostas muitas pessoas em situação de elevada vulnerabilidade. No geral, as respostas do país às sucessivas crises têm-se baseado numa ajuda mais de emergência, deixando escapar a oportunidade para reforçar o sistema de proteção social no país, com uma abordagem abrangente para enfrentar a vulnerabilidade.



Teresa Almeida Cravo é Professora Associada de Relações Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigadora do Centro de Estudos Sociais, onde lidera como PI o projeto REPLAY : Approaches to peace and the (re)production of violence in Mozambique, financiado pela FCT.



Maria Clara Oliveira é Professora Auxiliar Convidada no Núcleo de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Professora Convidada no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo e Investigadora no Laboratório Colaborativo para o Trabalho, o Emprego e a Proteção Social. É doutorada em Ciência Política.

Este artigo baseia-se na investigação conduzida no âmbito do projeto REPLAY – Approaches to peace and the (re)production of violence in Mozambique, financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto “EXPL/CPO-CPO/1615/2021”. DOI 10.54499/EXPL/CPO-CPO/1615/2021 (<http://doi.org/10.54499/EXPL/CPO-CPO/1615/2021>). Para saber mais sobre o projeto, aceda [aqui](#).



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



ces

Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.